

Distintos e Dislexos? O Papel das Elites Locais na República Juliana

Alfredo Ricardo Silva Lopes
alfredorsl@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo aborda a participação das elites locais de Laguna na Revolução Farroupilha. Para tanto refletimos sobre o papel da elite lagunense dividida em um grupo ligado ao poder central e outro próximo às forças gaúchas. Utilizamos como fontes o jornal “O Povo” e os discursos do Presidente da Província de Santa Catarina, Carlos Pardal, em 1839, e do Presidente da Província de Santa Catarina Soares D’Andrea, em 1840.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha; Elite Política; República Juliana; Discurso

Abstract: this article discusses the causes that led Santa Catarina, more precisely Laguna, to join the *Farroupilha* Revolution. For that we reflect on the role of the local elite *lagunense* divided into a group linked to the central government and other forces of the southern Brazil. Were used as sources the newspaper “*O Povo*” and the speech of the President of the Province of Santa Catarina, Carlos Pardal, in 1839, and President of the Province of Santa Catarina Soares D’Andrea, in 1840.

Key-words: *Farroupilha* War, Politics Elite; Republic Juliana; Speech

Distinct and Dyslexic? The role of local elites in the Juliana Republic

Em 24 de julho de 1839 foi proclamada a República Juliana em Santa Catarina. Laguna foi tomada por Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, depois de uma batalha sangrenta com ajuda do povo da cidade, sobretudo de Anita Garibaldi. A República catarinense não teve vida longa. Em 15 de novembro de 1839 as tropas imperiais forçaram os farrapos a recuar até o Rio Grande Sul.

Em linhas gerais e factuais esse pequeno resumo faz parte de livros escolares, presente no senso comum, tanto rio-grandense quanto catarinense, e explica uma parcela da “epopéia” farroupilha contra o império ausente na região de conflito.

Entretanto, quando seduzidos pela curiosidade na questão da formação da unidade nacional, o conflito ocorrido na região Sul, analisado mais de perto, pode fornecer uma noção abrangente das causas que levaram Santa Catarina, mais precisamente Laguna, a participar juntamente com o Rio Grande do Sul da Revolução Farroupilha. Neste caso, cabe avaliar o papel da elite local lagunenses, a qual estava dividida em um grupo ligado ao poder central e outro ligado às forças gaúchas. Abordamos ainda a troca de lado efetuada pela elite política que em diferentes situações trocou de posicionamento para obter favorecimento.



As fontes primárias utilizadas para a averiguação do discurso farroupilha utilizadas neste texto foram: o jornal “O Povo”, de 20/08/1839, o discurso do Presidente da Província de Santa Catarina, Carlos Pardal, em 1839, e do Presidente da Província de Santa Catarina em 1840, Soares D’Andrea.

Neste contexto, a formação da unidade nacional sofre com a instabilidade local. Logo, para dissolver esse ambiente de revolta uma aliança da centralização conservadora com o poder local é imprescindível. Mas em todo o território brasileiro, com a notícia da abdicação do Imperador Pedro I, havia um ambiente de insegurança, que ganhava também as ruas do Rio de Janeiro e manchetes nos jornais de oposição. Após a abdicação, foi instalada a Regência que, por meio de medidas administrativas, conferiu mais autonomia e poder para províncias e municípios, vestígios de política liberal. Pode-se presumir que a Regência compreendia o grau de dificuldade para a manutenção da coesão nacional. Dessa forma, a capilarização administrativa e judiciária colocaria o esforço também sobre os ombros das elites, ligadas ao poder central, em cada província.

Como coloca Miriam Dolhnikoff, “[...] a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem-formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”.¹ Contudo, durante o período das Regências eclodem diversos levantes que ocorriam pelos mais variados motivos, como “descontentamento popular pelo alto custo de vida, problemas cotidianos enfrentados pela alta inflação, pela infiltração de moedas falsas no comércio e mercado, e [...], o antilusitanismo”.² Além destes motivos, outros de caráter econômico e político eclodiram no Brasil regencial. Trataremos aqui exclusivamente da Guerra dos Farrapos, por razões citadas anteriormente.

No tocante às causas da guerra, afirma Pesavento que “para o Brasil, e particularmente para o Rio Grande, a perda da Província Cisplatina significava a perda do gado uruguaio que não mais foi dirigido para as charqueadas rio-grandenses, e sim para os ‘saladeiros’ platinos que se rearticulavam”.³ Diante desse quadro, o prestígio dos gaúchos nas armas também caiu e medidas centralizadoras foram tomadas pela elite nacional para que o sistema político não se desestabilizasse no Rio Grande do Sul. Consequentemente, “as divergências entre centro e

¹ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Editora HUCITEC, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003. p. 431-468.

² COSTA, Gustavo M. *Entre contrabando e ambigüidades: outros aspectos da República Juliana – Laguna/SC:1836/1845*. Florianópolis: UFSC, 2006.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p.37.



periferia não se davam apenas no campo estratégico e econômico, mas também passavam pelo âmbito político”.⁴

Na questão central estava o preço do charque uruguaio, mais barato que o rio-grandense. Os estancieiros gaúchos preocupados com a manutenção de sua influência regional exigiam protecionismo para a carne gaúcha, com a cobrança de uma taxa alfandegária mais elevada sobre o charque oriundo da antiga Província Cisplatina. Esta era uma situação crítica na qual as autoridades centrais não tinham muitas alternativas uma vez que criar entraves para a produção oriental, atendendo as reclamações rio-grandenses, poderia comprometer a independência do novo estado que, inviabilizado economicamente. Isso traria de volta os problemas internos gerando uma nova crise política no Rio do Prata. A desatenção aos grupos dominantes sulistas traria a desconfiança em relação ao Estado Nacional, encaminhando o ciclo farroupilha de 1835.

No primeiro ano de revolta, os estancieiros apenas reivindicavam seus interesses, não se colocavam como separatistas. Em 1836 foi proclamada a República Rio-Grandense e outras províncias foram convocadas a unirem-se à causa que defendia a formação de estados brasileiros autônomos, juntos em uma federação.

Os diferentes conflitos durante o Período Regencial obrigaram a elite central a modificar sua tática administrativa. Houve, então, uma centralização pautada na figura do Presidente da Província e da Assembléia Provincial.

Ao passo que a assembléia provincial deveria representar os interesses do grupo dominante na região, o presidente da província, nomeado pelo governo central, constituía-se como uma espécie de delegado seu para assuntos considerados vitais: especialmente, garantir a vitória de seus candidatos nas eleições.⁵

Entretanto, tais medidas centralizadoras não correspondiam a uma anulação e total subjugação das elites locais. Essa centralização fazia parte do aparelho repressor central e surgiram no bojo do combate das rebeliões provinciais. Uma constatação conseqüente nesse ensejo é a valorização da elite local ligada ao poder central, pois esse grupo, que se beneficiava com a existência dos dissidentes, mostrava-se cada vez mais necessário para a resolução desses conflitos.

⁴ COSTA, Gustavo M. Op. cit. p. 30.

⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. Op. cit. p. 440.



Neste momento carece a explicação dos discursos. Inicialmente, será analisado o discurso Farroupilha, posteriormente os relatórios de Presidente de Província e, finalmente, o tocante às falas de cada grupo relativo a participação da elite de Laguna na República.

Na edição de 20 de agosto de 1839 do jornal *O Povo*, tido como jornal político, literário e ministerial da República Rio-Grandense, o editor e Tenente Coronel Comandante José Alves de Moraes saúda o povo *catharinense* pela tomada de Laguna evocando as palavras de Joaquim Teixeira Nunes:

Catharinenses! O Império vos deu como a nós huma constituição; mas podia ella fazer nossa felicidade [ilegível] e devia executala. Hum Príncipe que pouco antes nos dominava colonos? O Brasil podia nunca pertencer á seus filhos se o que o possuir em patrimônio improvisava-se Imperador? [ilegível] de nunca haver socego onde existem monarquia e república, dois princípios que tendem a destruir-se reciprocamente? Acabamos entaó com esse amalgama inferior de contradições políticas, sacudamos o jugo da Europa, sejamos Americanos. A monarquia nos alliou demais o ódio das repúblicas que nos circumdaó e a casa de Bragança com o exemplo de despotismo que lhes deu, prejudicou de mais os interesses do continente de Colombo. Ella deve abandonar nossas praias – abdicar huma coroa que o braço do povo despedaça – Viva Deos! Viva o Povo! Viva a República Catarinense! – Joaquim Teixeira Nunes, comandante d’Avanguarda.⁶

A argumentação Farroupilha está pautada em diversos pontos. O primeiro deles e mais importante é a falta de capacidade do Império de estar presente junto ao povo catarinense e rio-grandense: “uma preocupação freqüente nas matérias políticas de ‘O Povo’ era apresentar o império do Brasil como traidor do ideário da independência”⁷. Outro ponto que pode ser apurado no discurso é a dicotomia entre monarquia e república. Quando Joaquim Teixeira Nunes coloca a questão de em um regime monárquico não há forma para a cidadania plena, assim defendendo sua causa.

Nesse ínterim, é conveniente apontar que os revoltosos gaúchos viam o republicanismo de maneira generalizada e este foi utilizado como ferramenta político-

⁶ Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Documentos interessantes para o estudo da Grande revolução de 1835-1840*. (Edição Fac-simile da coleção completa). O Povo, 20 de Agosto de 1839.

⁷ GUAZELLI, Cezar Augusto Barcelos. Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio do Prata. In: __ GRIJÓ, L; KÜHN, F; GUAZELLI, C.(Orgs). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, [s/d]. p. 91-119.



ideológica pelas elites periféricas que resistiam às formações de estados centralizados na América Latina. Logo, a noção de federação não passava de uma idéia de autonomia.⁸

O exemplo Cisplatino também estava presente no imaginário da época, a exemplo da ex-província vizinha ao Sul, que havia conseguido sua independência, mesmo que não fosse esse o intuito inicial da revolta gaúcha. Parece ter sido mais fácil conviver com velhos inimigos de fala castelhana que com a autoridade centralizadora do Império.

Alterando o discurso a ser analisado, a fala centralista, logicamente, vê a chegada das ideias rio-grandenses com outro contorno. Anteriormente a 1838, não havia pronunciamento sobre insurreição na província vizinha. Na fala do Presidente da Província de Santa Catarina, publicado em primeiro de março de 1838, as ideias rebeldes chegam através de imigrantes:

[...] a tranquillidade pública não tem sido alterada nesta Província, apesar das sugestões de alguns emigrados da Província do Rio Grande do Sul, que partilhando das ideias rebeldes da mesma Província, tem vindo a fixar sua residência nesta, [...] nenhum ponto da Província se acha infectado do contagio da Revolução.⁹

No mesmo documento o presidente coloca que, em novembro de 1837, fora enviada uma força militar para a Villa de Laguna, em virtude de uma *assuada* feita por vinte e tantos homens, à porta do Juiz de Paz. A maior parte emigrados. A força ficou na *Villa* de Laguna para manter a ordem. Analisando o relato, vê-se que os culpados pela *assuada* à porta do Juiz de Paz são ditos como *emigrados* do Rio Grande. O Presidente Brigadeiro João Carlos Pardal faz questão de enfatizar a função dos emigrados e, posteriormente, relata que tais emigrados continuam sendo aceitos em sua província, desde que mantenham a ordem e não tragam doutrinas desagregadoras para a mesma.

Contrariando sua afirmação anterior, de que apenas na *Villa* de Laguna havia emigrados desordeiros, o Brigadeiro Pardal se justifica por mais uma invasão. Em Lages, uma força de rebeldes desceu a Serra de *Vaccaria* e pretendia apoderar-se do Registro de Santa Victória, “[...] como antes tinham praticado os mesmos rebeldes, a fim de desfrutarem o rendimento do imposto sobre os Gados que por ali tivessem de passar; e mesmo receios apparecerao de que huma próxima invasão se intentava na Villa de Lages”.¹⁰

⁸ GAUZELLI, Cezar Augusto Barcellos. Textos e Lenços: representações de federalismo na república rio-grandense(1836-1840).In: *Almanack Brasiliense*. Maio de 2005. p. 55.

⁹ *Relatório dos Presidentes da Província de Santa Catarina*. <http://brazil.crl.edu>. Relatório de 1838, p. 19.

¹⁰ Idem, p. 20.



Ao se analisar a lista de presidentes da Província de Santa Catarina, percebe-se o alto índice de rotatividade no cargo entre 1835-1840. Apenas Ferreira Brito conseguiu permanecer na função por três anos, de 1841 a 1843. Este dado aliado ao estilo de discurso de João Pardal, que reconhece os conflitos causados, em sua maioria por emigrados oriundos da província vizinha, outorga a causa do suplício *catharinense* como fora da sua alçada, pois não vê motivos para não aceitar a entrada de imigrantes gaúchos.

No caso do ataque ao Registro de Santa Victoria, o Brigadeiro relata que os membros da Guarda Nacional pouco fizeram e, em virtude do ocorrido, teve de chamar um destacamento de 150 Guardas Nacionaes de Cavalaria. Este evento já seria tema para um estudo completo, no qual se pode notar que o Presidente da Província não tinha controle sobre a força que deveria defendê-lo. Devemos presumir que até a chegada dessa nova força militar o Registro na região de Lages ficou sobre o controle rebelde. Outro problema enfrentado pelo Presidente seria o alistamento para a Guarda Nacional, motivo para tensões em todos os pontos da Província. Este tema será analisado mais detalhadamente quando nossas lentes limitarem-se à Villa da Laguna.

No discurso de primeiro de março de 1839, na abertura das atividades da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina, ocasião em que Laguna já havia passado às mãos rebeldes e, em seguida sem completar quatro meses, voltou ao domínio imperial, a fala do Presidente citou o ocorrido colorindo-o com cores imperiais:

Como o anno passado vos havia anunciado, e baseado no Decreto de 30 d'Outubro de 1837, mandei reunir um destacamento de 150 Guardas Nacionaes na Villa de Lages, para se opor as correrias dos rebeldes, que ameaçavam aquella Município; porém não se tendo reunido os Guardas por motivos de desobediência, se não de connivencia com o partido rebelde, foi assaltada aquella Villa em março de 1838, sem que os Guardas Nacionaes, com mui raras excepção, fizessem causa commum com uma força do Rio Grande de 400 praças. [...] Foi então que o Governo Imperial, sempre incansável em socorrer os povos quando agredidos por bárbaros inimigos da Glória Nacional, ordenou S. Paulo marchasse força de linha para o fim de [...] por a coberto o ponto de Lages.¹¹

No decorrer de seus enunciados, Carlos Pardal explica que perto das forças paulistas chegarem, ficou sabendo de um plano rebelde para tomar Laguna e, por isso, teve que dividir suas forças. As explicações sobre o sucedido em Laguna são breves, possivelmente por se

¹¹ *Relatório dos Presidentes da Província de Santa Catarina*. <http://brazil.crl.edu>. Relatório de 1839, p. 15.



tratarem de assuntos de segurança nacional, o que infelizmente censura as possibilidades de pesquisa nessa fonte.

Mais um fato relevante, que vai de encontro ao ocorrido em Lages, é a afirmação sobre apatia e indiferença das elites locais para reunir tropas¹². Neste caso, pode se constatar que até mesmo a elite local via problema no recrutamento, forçado ou não, de praças à Guarda Nacional.

Em 1840, o pronunciamento do Presidente Soares D'Andrea é rápido e, em se tratando da ameaça republicana, coloca que a Província mostra-se tranqüila, tendo ocorrido apenas alguns incidentes de “pregadores impertinentes”, e, segundo o Presidente, tais ocorridos são frutos de má vontade ou sanha particular.¹³ O único problema seriam os índios botocudos de ânimo *antropophago*¹⁴.

Analisando essa seqüência de relatos de caráter oficial e levando em consideração a instabilidade política do período, a falta de pronunciamento sobre os embates em Laguna, a apatia local referente ao recrutamento e os interesses do gabinete presidencial em manifestar o poder imperial em seus pronunciamentos, podem-se constatar as dificuldades que o Governo Imperial encontrou para implementação do ideário de unidade nacional.

Partindo para o entendimento da situação na Villa de Laguna, um dos fatores de descontentamento com o Governo Imperial era o recrutamento forçado. Como visto anteriormente, a rebelião Farroupilha na província vizinha fazia de Santa Catarina o local mais próximo para arregimentar forças. Diversas regiões de conflito também agüentaram a mesma situação, no que diz respeito ao recrutamento forçado.¹⁵

O recrutamento era uma ferramenta usada de forma política pelos representantes do poder central, arregimentando simpatizantes à causa republicana e enviando-os para outras províncias. Contudo, essa transferência poderia trazer complicações posteriores pois “Muitos dos recrutados em províncias onde ocorreram rebeliões estavam envolvidos nas mesmas e, depois de presos, eram recrutados para o exército para completarem as fileiras e transferidos”.¹⁶ Parece claro que tais medidas poderiam ser danosas à estrutura militar imperial, porém a situação as exigia.

¹² Idem, p. 16.

¹³ *Relatório dos Presidentes da Província de Santa Catarina*. <http://brazil.crl.edu>. Relatório de 1840, p. 12.

¹⁴ Idem. Sem grifo no original.

¹⁵ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

¹⁶ COSTA, Gustavo M. Op. cit. p. 90.



O contrabando de pólvora para o Rio Grande ocorria por intermédio de emigrados da província e, segundo Costa, “[...] podemos afirmar com certeza que havia pessoas em Laguna que mantinham correspondências com rebeldes farroupilhas”.¹⁷ A questão mostra-se mais complexa pela proximidade territorial, pelo comércio no caminho dos conventos e pela utilização do porto. Os mercadores lagunenses sabiam da importância da localidade para os republicanos e imperiais tanto que dos cento e doze homens que se apresentaram para defender a Villa contra os Farroupilhas, 44 eram descritos como homens de negócios.¹⁸

Após a tomada da Villa, em 24 de julho de 1839 e da proclamação da República Juliana, o porto de Laguna foi sitiado pela frota imperial, o que em termos econômicos gerou descontentamento na Villa. Outro fenômeno que aumentou o descontentamento em Laguna foi a presença da tropa na localidade, que ocorreu em virtude da impossibilidade das tropas avançarem até Desterro, capital da Província.

No último capítulo de sua dissertação, Gustavo Marangoni Costa analisa certas ambigüidades, como o fato de pessoas que ocupavam cargos legalistas e foram confirmadas em suas funções durante a República Juliana. Assim, averiguamos casos de indivíduos de posicionamento ambíguo, que até estavam na listagem para defender Laguna da invasão republicana, mas após a tomada ajustaram-se à situação. Nestes casos, não se deve contar com a ingenuidade rio-grandense, muito pelo contrário, os membros da elite local, como citado anteriormente possuíam exata noção de sua importância para a manutenção da ordem na localidade de Laguna.

Os republicanos oriundos do Rio Grande do Sul não tinham intenção de modificar as estruturas sociais, tanto que sua noção de federação era restrita a um grau maior de autonomia, como defende Guazzelli. Logo, a admissão de lagunenses à causa republicana não estava limitada aos antigos partidários, pois em uma localidade de 12.000 habitantes é fácil saber a orientação política de indivíduos “distintos”.

No tocante à posição da elite de Laguna, não se pode ser taxativo ou relativista. Da mesma forma que em outras regiões, a participação do grupo em que converge o poder político está reservada a uma série de pontos que em determinados momentos parecem controversos, e estão diretamente ligados à permanência das estruturas que lhes fornecem benefícios. Logo, essa falta de visão do todo, essa “dislexia”, como coloca Miriam Dolhnikoff, é um equívoco que em casos como este deve ser revisitado.

¹⁷ Idem, p. 98.

¹⁸ Idem, p. 22.



Fontes

Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Documentos interessantes para o estudo da Grande revolução de 1835-1840*. (Fac-simile das páginas 01, 04, 05 e 06). O Povo, 20 de Agosto de 1839.

Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina (1838, 1839 e 1840). <http://brazil.crl.edu>, acessados em 26 de junho de 2006, às 14h53min.

Referências

BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 347 p.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. p. 179-208.

COSTA, Gustavo M. *Entre contrabando e ambigüidades: outros aspectos da República Juliana – Laguna/SC:1836/1845*. Florianópolis: UFSC, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In:____ JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Editora HUCITEC, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003. p. 431-468.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Comissão da Biblioteca Nacional, 1939.

GUAZELLI, Cezar Augusto Barcelos. Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio do Prata. In:___ GRIJÓ, L; KÜHN, F; GUAZELLI, C.(Orgs). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, [s/d]. p. 91-119.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 74 p.

